



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações a criação de obras derivadas 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, prover um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Não Comercial — Você não pode usar o material para **fins comerciais**.

Sem Derivações — Se você **remixar, transformar ou criar a partir** do material, você não pode distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou **medidas de caráter tecnológico** que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

NonCommercial — You may not use the material for **commercial purposes**.

NoDerivatives — If you **remix, transform, or build upon** the material, you may not distribute the modified material.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or **technological measures** that legally restrict others from doing anything the license permits.

CODE 5.4.05**ESCOLA PARQUE 308 SUL EM BRASÍLIA: A ADAPTAÇÃO DO PATRIMÔNIO MODERNO ÀS EXIGÊNCIAS DE ACESSIBILIDADE UNIVERSAL****Máximo, Marco Aurélio da Silva^{1*}; Ferreira, Oscar Luís²**1: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
e-mail: marco.maximo@iphan.gov.br, web: <http://www.iphan.gov.br>2: Universidade de Brasília – UnB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU
e-mail: oscar@unb.br, web: <http://www.unb.com.br>**PALAVRAS CHAVE:** Patrimônio Cultural. Arquitetura Moderna. Brasília. Acessibilidade. Autenticidade.**RESUMO**

A Escola Parque 308 Sul, construída em 1958, integra a unidade de vizinhança modelo para as demais unidades durante a construção de Brasília, conforme plano urbanístico concebido pelo arquiteto Lucio Costa. As concepções do educador Anísio Teixeira para o ensino, a Educação nova, e a arquitetura escolar desenvolvida para Brasília na década de 1950 estão intrinsecamente ligadas, de modo que a segunda materializa a primeira no espaço de convivência da unidade de vizinhança. A escola parque projetada pelo arquiteto modernista José de Souza Reis, contemporâneo de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, é um exemplar da arquitetura moderna fundamentada nos princípios propostos por Le Corbusier e influenciada pela releitura do movimento no Brasil. O edifício é constituído por três blocos, o principal, o auditório e as oficinas, além de piscinas e quadras de esporte. No bloco principal há características do movimento moderno brasileiro como a planta livre, a integração interior/exterior, as janelas em fita, a estrutura independente em concreto armado e o uso de pilotis. Tombada em 04 de agosto de 2004, a escola desempenha ainda hoje suas funções educacionais e, embora o edifício tenha sofrido pequenas alterações, nunca perdeu sua função original. No entanto, com a obrigatoriedade imposta pelo Decreto nº 5.296/2004 quanto à adaptação para a acessibilidade e intervenções em edificações públicas, colocam-se em evidência os riscos a valores que conferem ao patrimônio integridade e autenticidade. Este artigo visa contribuir na discussão sobre a necessidade de adaptação para a acessibilidade frente às restrições para a preservação do patrimônio cultural. A ferramenta metodológica aqui apresentada, Matriz de Autenticidade e Acessibilidade, foi desenvolvida a partir de estudos aplicados em edificações do patrimônio brasileiro. Durante sua utilização na escola foram reunidas e qualificadas informações – necessidades e restrições – para proporcionar aos responsáveis subsídios para a adequada intervenção.

1. INTRODUÇÃO

As edificações de um passado recente sofrem transformações contínuas em razão de exigências legais, visando adequações quanto à segurança contra incêndio e pânico, e quanto à acessibilidade universal, ou são modificadas em razão de alterações de uso ou função advindas de mudanças sociais nos modos de uso e de ser. Estes edifícios modernos fazem parte do cotidiano das cidades, e em Brasília, fazem parte de qualquer trajeto do dia-a-dia. O moderno pode ser encontrado em todas as escalas da cidade, da monumental à bucólica, da residencial à gregária. Nas superquadras, além dos blocos residenciais há outras edificações com funções variadas e complementares ao habitar, como escolas, igrejas, clube e comércio local, em sua maioria, frutos do desenho da arquitetura moderna brasileira, influenciada por arquitetos como Lucio Costa (1902-1998) e Oscar Niemeyer (1907-2012), entre outros.

Esta arquitetura recente, hoje com pouco mais de 55 anos, já apresenta traços de envelhecimento e demanda intervenções de conservação, em alguns casos, restauro. Dentre outras intervenções estão as adaptações para as exigências da vida moderna que nestes últimos anos modificaram-se acentuadamente em virtude dos avanços tecnológicos e sociais. Conjugando as necessidades de atualização do presente com os valores do passado é o desafio que se coloca neste artigo que pretende investigar um patrimônio moderno, a Escola Parque 308 Sul. A Educação Inclusiva introduziu no espaço escolar público crianças com deficiências físicas e mentais variadas, e juntamente com a demanda legal pela acessibilidade universal, exige que a estrutura física do edifício esteja adequada.



Figura 1: Bloco Principal – Fachadas Sudeste e Nordeste.



Figura 2: Pilotis do Bloco Principal.

Tombada em nível distrital, a Escola Parque 308 Sul está inserida em uma área conhecida como Unidade de Vizinhança nº. 1, área essa protegida tanto em nível distrital, como federal e mundial. A Escola Parque 308 Sul projetada pelo arquiteto modernista José de Souza Reis (1909-1986), contemporâneo de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, é um exemplar da arquitetura moderna fundamentada nos princípios propostos por Le Corbusier (1887-1965) e influenciada pela releitura do movimento no Brasil. O edifício é constituído por três blocos, o principal, o auditório/teatro e o anexo, além de piscinas e quadras de esporte. No bloco principal há características do movimento moderno brasileiro como a planta livre, a integração interior/externo, as janelas em fita, a estrutura independente em concreto armado e o uso de pilotis. A escola ainda desempenha suas funções educacionais e, embora tenha sofrido pequenas alterações físicas, nunca perdeu sua função original. No entanto, com a obrigatoriedade imposta pelo Decreto Federal nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004 [1], quanto à adaptação para a acessibilidade e intervenções em edificações públicas coloca-se em evidência os riscos a valores que conferem ao patrimônio integridade e autenticidade.

Tal situação felizmente, não impossibilita a introdução de elementos contemporâneos ou mesmo modificações de arranjos espaciais existentes de modo a adequar o bem às exigências legais e, no caso específico à acessibilidade. Atualmente há dez alunos cadeirantes que frequentam a escola, sendo que nenhum deles pode acessar o segundo pavimento do bloco principal onde são realizadas as atividades de leitura, música, teatro, dança e info-arte. Este artigo visa contribuir na discussão sobre a necessidade de adaptação para a acessibilidade frente às restrições para a preservação do patrimônio cultural. A ferramenta metodológica usada neste estudo de caso, a Matriz de Autenticidade e Acessibilidade [2], foi desenvolvida a partir de estudos aplicados em edificações do patrimônio brasileiro. Durante sua aplicação na escola foram obtidas informações – necessidades e restrições – sobre a acessibilidade e valores do bem para proporcionar subsídios para a adequada intervenção.

2. ESCOLA PARQUE

O conceito de “Escola Parque” nasceu da experiência do jurista e educador Anísio Teixeira (1900-1971) e consolidou-se com a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Localizado em um dos bairros mais pobres de Salvador, o Centro de Educação incluía quatro escolas classe e uma escola parque, para onde os alunos iriam em turnos alternados para complementar suas atividades em regime de educação integral. O Centro atendia quatro mil alunos oriundos de quatro escolas-classe localizadas nos bairros da Liberdade, em Pero Vaz e no bairro da Caixa d'Água. Foi a primeira experiência brasileira de ensino público em tempo integral. O ensino era oferecido nas escolas classe e a escola parque responsabilizar-

se-ia por setores do ensino vinculados ao Trabalho, à Educação Física e Recreação, à Socialização, ao setor Artístico e ao setor de Extensão Cultural e Biblioteca [3].

De acordo com Anísio Teixeira, em seu Plano de Construções Escolares de Brasília [4], de 1960, a cada grupo de quatro superquadras do Plano Piloto de Lúcio Costa haveria uma Escola Parque. “Destinada a atender, em 2 turnos, a cerca de 2 mil alunos de «4 escolas-classe», em atividades de iniciação ao trabalho (para meninos de 7 a 14 anos) nas pequenas «oficinas de artes industriais» (tecelagem, tapeçaria, encadernação, cerâmica, cartonagem, costura, bordado e trabalhos em couro, lã, madeira, metal, etc.), além da participação dirigida dos alunos de 7 a 14 anos em atividades artísticas, sociais e de recreação (música, dança, teatro, pintura, exposições, grêmios, educação física). O Centro de Educação Elementar compreende pavilhões de ‘jardim de infância’, de ‘escola-classe’, de ‘artes industriais’, de ‘educação física’, de ‘atividades sociais’, de ‘biblioteca escolar’ e de ‘serviços gerais’. É, portanto, algo como se fôsse uma Universidade Infantil” [4].

O conceito de educação integral de Anísio Teixeira foi utilizado pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek como modelo a ser implantado na nova capital do Brasil e a ser difundido em todo o país. Na concepção da nova capital, o conceito de Anísio Teixeira fundiu-se ao conceito de Unidade de Vizinhança proposto por Lucio Costa e, desta maneira, em cada unidade, composta de quatro superquadras, comércio local, igreja, posto de saúde, clube recreativo, haveria também em cada superquadra uma Escola Classe e um Jardim de Infância. E, como complemento haveria uma Escola Parque capaz de receber os alunos das Escolas Classes da respectiva Unidade de Vizinhança.

Coube ao arquiteto José de Souza Reis o projeto da “Universidade Infantil”. Reis que era vinculado à escola carioca de arquitetura, ao movimento moderno brasileiro e foi colaborador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN desde 1937, projetou em Brasília o Observatório Meteorológico, o Centro de Ensino Médio 908 Sul e a Escola Parque 308 Sul.



Figura 3: Situação. Fonte: *Google*, 2015. Legenda: 1. Bloco Principal – Escola; 2. Auditório/Teatro; 3. Quadras esportivas; 4. Piscinas/Vestiário; 5. Anexo – Oficinas; 6. Igreja Nossa Senhora de Fátima



Figura 4: Bloco Principal e piscinas – Fachadas Sudeste e Nordeste.

A Escola Parque 308 Sul é parte da Unidade de Vizinhança nº. 1, que integra o Conjunto Urbanístico de Brasília, listado pela UNESCO como patrimônio mundial em 1987, e está incluída no perímetro do conjunto urbanístico de Brasília, tombado em nível distrital e federal em 1987 e 1992, respectivamente. A Unidade de Vizinhança foi tombada individualmente pelo governo do Distrito Federal, em 2009. Os três níveis de proteção aparentemente indicam um elevado grau de rigidez quanto à conservação da área e dos elementos que compõem a Unidade de Vizinhança, entre eles a Escola Parque que foi tombada pelo Distrito Federal em 2004.

A Escola Parque 308 Sul foi a primeira escola parque da nova capital, construída em 1958 e inaugurada em 1960, oferecia em 2010 aulas de teatro, música, literatura e educação física, a cerca de 3.000 alunos da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF [5]. Está implantada em um lote de 80 x 160 m de extensão, 12.800 m² de área, e seu programa de necessidades apresenta três blocos: principal,

auditório e oficinas. O bloco principal é quadrado com 50 m de lado e possui dois pavimentos, e o pilotis abriga as atividades de apoio, como secretaria e direção. A circulação vertical conta com uma única escada com 2 m de largura localizada no centro do edifício. Os pilares em “V” possuem expressão característica e estão vinculados à forma da laje do primeiro pavimento em seção variável.

Há no conjunto da escola um teatro, sem conexão ao bloco principal, pois a cobertura projetada em concreto não foi feita. Ligando o bloco principal ao de oficinas há também uma cobertura temporária em lona. O conjunto todo está em boas condições de conservação. O piso do pilotis do bloco principal, em granitina branca, está fortemente vinculado à tradição construtiva moderna. O piso vinílico do segundo pavimento também vincula-se à tradição moderna. No teatro não há barreiras para o acesso ao seu interior, os assentos são acessados por rampas laterais e central em piso vinílico, não há rampa de acesso ao palco, e há pequenos desníveis no piso externo que podem ser vencidos com rampas.

Segundo o Plano de Construções Escolares de Brasília [4], deveria haver uma Escola Parque para cada quatro escolas classe no Plano Piloto, sendo que apenas 05 foram construídas: a Escola Parque da 307-308 Sul, a Escola Parque da 210-211 Sul, a Escola Parque da 313-314 Sul, a Escola Parque da 303-304 Norte e a Escola Parque da 210-211 Norte. Em 2014, foi inaugurada a primeira Escola Parque fora do Plano Piloto: a Escola Parque Anísio Teixeira em Ceilândia. Estas escolas atendem a quase totalidade do universo das escolas públicas do Plano Piloto, onde estão matriculados tanto alunos residentes no Plano Piloto como nas outras cidades do Distrito Federal. Cada uma dessas escolas recebe alunos de sete escolas classe, uma ou duas vezes por semana.

3. ACESSIBILIDADE

Pouco mais de dez anos nos separam da promulgação do Decreto nº 5.296/2004, que tornou obrigatórios a adoção dos princípios do desenho universal nos projetos arquitetônico e urbanístico, e a acessibilidade em construções e reformas de caráter público ou coletivo [1]. Às edificações existentes de uso público foi concedido o prazo de 30 meses para o atendimento ao decreto, e esse prazo encerrou-se em meados de 2007. No entanto, ainda hoje a maioria dos edifícios públicos apresenta-se pouco acessível.

Intervenções para garantir a acessibilidade demandam a inserção de elementos tais como rampas, sinalização tátil, plataformas eletromecânicas, guarda-corpos e corrimãos, a modificação de vãos de portas, da área interna de sanitários. Estes novos elementos devem atender às exigências definidas pela norma técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a NBR 9.050 [6]. Em julho de 2015, foi promulgada a Lei nº 13.146, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) [7], para assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à inclusão social e cidadania. A nova lei acrescenta novos direitos e responsabilidades, e em especial, considera improbidade administrativa o não cumprimento de requisitos para acessibilidade previstos na legislação. Em setembro de 2015 foi editada a terceira revisão da norma NBR 9.050, objetivando aprofundar o conceito de desenho universal e promover melhorias nos requisitos normativos.

Desde 25 de novembro de 2003, com a publicação da Instrução Normativa nº 01, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN [8], sob a direção de Maria Elisa Costa (2003-2004), definiu diretrizes, critérios e recomendações para a adaptação de bens culturais imóveis às exigências da Lei da Acessibilidade – Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. A Instrução normativa obedece aos princípios da mínima intervenção, da reversibilidade e distinguibilidade presentes na teoria e nas discussões sobre a preservação do patrimônio cultural. Ampliou-se o debate sobre a intervenção para renovação e adaptação dos bens às exigências da vida contemporânea. É importante compreender que os instrumentos de preservação, entre eles o tombamento, não tem por finalidade a cristalização do bem, mas o reconhecimento dos valores que lhes são atribuídos pela sociedade. Modificações não estão proibidas, renovações em muitos casos são necessárias e possíveis em edificações protegidas. Muitas edificações tombadas já sofreram modificações e alterações. Portanto, não se deve impedir ações que possam torná-las acessíveis a um maior número de pessoas, e assim ampliar o uso e fortalecer valores que contribuam para a construção de sua identidade [9].

4. O PATRIMÔNIO MODERNO

A conservação da Escola Parque 308 Sul, bem como qualquer intervenção para renovação e adaptação para a acessibilidade, impõe particularidades e desafios. No entanto, os desafios aqui são um pouco diferentes daqueles encontrados em edificações ditas “históricas”, ou seja, aquelas produzidas antes do processo de industrialização, e para as quais toda a teoria e conceitos de conservação foram elaborados. Dentre os questionamentos levantados em relação à conservação do patrimônio moderno ressalta-se a aplicabilidade desse corpo teórico. Há, em certa medida, um consenso de que mesmo tendo sido elaborado para um patrimônio com características estéticas e construtivas relativamente diferentes, tais reflexões são bastante adequadas à preservação do patrimônio moderno. Desta maneira, tomamos por fundamento nesta pesquisa a Teoria da Restauração de Cesare Brandi [10], bem como, toda a reflexão difundida nos documentos patrimoniais, em especial, na Carta de Burra (1980), na Declaração de Eindhoven (1990) e no Documento de Nara sobre autenticidade (1994).

Dentre os questionamentos sobre a preservação do moderno estão o distanciamento histórico e a questões relativas a função. Quanto ao distanciamento, o *English Heritage* – EH convencionou o período de trinta anos (*Thirty year rule*) como um adequado afastamento temporal que possibilita uma avaliação “não tão apaixonada” do patrimônio [9]. A Escola Parque 308 Sul completou 55 anos em 2015, o que certamente a habilita a uma avaliação ponderada. O outro ponto de questionamento refere-se ao conceito moderno de que a forma segue a função, um possível complicador da intervenção especialmente, no que se refere à introdução de novos usos ou elementos como os necessários para a adaptação para a acessibilidade. Neste sentido, Medeiros e Ferreira [11] argumentam que: “As intervenções contemporâneas em edifícios e sítios urbanos tombados têm se alicerçado nas ruínas da máxima *form follows function*, cunhada por Louis Sullivan ainda no século XIX. A crítica de Rossi, em *Arquitetura da Cidade*, ao que o autor chama de funcionalismo ingênuo mostra, já nos anos sessenta do século passado, o caminho: se se continua a fruir fatos arquitetônicos cuja função foi perdida ou tornou-se obsoleta no decorrer do tempo, o valor dos mesmos reside em sua forma. Em outras palavras: *form stays, function changes*” [11].

Ao que se acrescenta uma importante característica da arquitetura moderna, a planta livre, apresentada por Le Corbusier, em 1926, na revista *L'Esprit Nouveau* quando trouxe ao conhecimento público “Os Cinco Pontos de uma Nova Arquitetura”: planta livre, fachada livre, pilotis, terraço jardim e janelas em fita. Dentre os cinco, a planta livre faculta ao edifício flexibilidade e a inserção de novos usos e elementos. Não se identifica na Escola Parque 308 Sul apenas o terraço jardim. Respeitando estes princípios, Reis [12] estabeleceu como diretriz um só piso sobre pilotis para criar espaços livres no térreo que se integram aos jardins, piscinas e esportes. A solução resultante foi uma planta condensada ao máximo – um quadrado. O primeiro pavimento é iluminado e ventilado naturalmente por janelas em fita, cobogós e um sistema zenital. A “maleabilidade da distribuição dos espaços internos, ampliada pela continuidade” [12] corrobora, neste caso, a compreensão de que a liberdade da mudança é uma realidade, desde a concepção.

Os usos e funções da Escola Parque mantêm-se inalterados desde a década de 1960, em contrapartida, a educação pública ampliou, a partir de 2003, o foco de atendimento, inserindo no espaço da escola crianças com deficiências variadas visando oferecer-lhes ensino de qualidade no sistema regular de educação. E, dentre as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva encontra-se uma referência à necessidade de adaptação das escolas às novas exigências: “A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações” [13].

Se a adaptação é necessária e a arquitetura contempla desde o projeto a possibilidade de mudança, devemos ainda, levar em consideração, como exposto na Teoria da Restauração de Cesare Brandi [10], que para intervir nos bens patrimoniais, as instâncias estética e histórica que caracterizam o patrimônio precisam ser consideradas. A estética, por meio da qual é entendida e valorada como obra de arte e que exige a preservação das características compositivas da obra que expressam sua concepção moderna. A

histórica, pois esta obra foi realizada pelo homem em certo lugar e momento histórico e preservá-la exige respeito tanto aos materiais existentes como as técnicas utilizadas.

Além destas instâncias, como obras de arquitetura, os edifícios impõem-nos uma terceira, a instância utilitária, pois “o fim principal dos artefatos arquitetônicos e urbanísticos é fornecer abrigo ao homem na realização das diversas atividades necessárias à sua vida em sociedade” [14]. A instância utilitária demanda a compatibilização dos interesses de preservação do patrimônio com a necessidade de garantir uso compatível, respeito a sua significância cultural, “em adequadas condições de segurança, conforto e acessibilidade, considerando os padrões atuais” [14].

5. PRESERVAÇÃO E ACESSIBILIDADE NA ESCOLA PARQUE 308 SUL

Desde 2011, aplicamos em diversos estudos de casos a ferramenta metodológica de avaliação, denominada Matriz de Autenticidade e Acessibilidade ou Matriz A&A [2]. Este instrumento tem como fundamento duas coletas de dados sobre o patrimônio objeto de estudo. Em primeiro lugar, identificam-se as barreiras arquitetônicas a partir do uso de uma lista de verificação de acessibilidade, ou seja, as não conformidades em relação à legislação atual. Em segundo lugar, identificam-se os elementos que caracterizam e qualificam o patrimônio, aqueles que o definem como bem a ser protegido, ou seja, seus valores, a partir da declaração de significância utilizada em sua preservação (se existir) e na construção de uma tabela cujo foco está nos valores artístico, histórico, social e científico atribuídos ao bem e identificáveis de modo “verídico e credível” [15] em seus aspectos ou atributos, forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, como indicado no Documento de Nara de 1994 [16] e, no guia operacional da UNESCO, de 2013 [15].

Estas informações são cruzadas formando um arcabouço criterioso para as possíveis intervenções, para avaliar os prováveis impactos das adaptações para a acessibilidade sobre a autenticidade. A Matriz A&A [2] é fruto da fusão da tabela de autenticidade e acessibilidade e da lista de verificação de acessibilidade e aproxima informações de duas origens diferentes, tornando os conflitos mais visíveis.

O primeiro passo foi analisar os valores da edificação, por meio de revisão bibliográfica e das características materiais do bem. O segundo foi avaliar as características da edificação quanto à acessibilidade, com o uso da lista de verificação de atendimento aos requisitos da NBR 9.050. Tomando as não conformidades encontradas como ponto de partida da Matriz A&A, estas subsidiam o estudo para as intervenções, e assim procura-se avaliar como as adaptações para acessibilidade interferem ou não nas dimensões e nos aspectos do bem [2].

No bloco principal, as principais não conformidades identificadas foram: superfícies irregulares, desníveis e falta de rebaixamento nos pisos externos (calçadas), os pisos internos do bloco central, em granitina branca, apresentam pequenas trincas, mas em geral estão em ótimo estado de conservação. No entanto, este tipo de piso não é antiderrapante sob qualquer condição de uso. O mesmo ocorre com o piso do pavimento superior que é composto por placas de 20 x 20 cm, de material vinílico e encontra-se em bom estado de conservação. O acesso ao pavimento superior é feito por uma única escada, localizada no centro do edifício. O corrimão existente não atende as especificações da NBR 9.050 e não há outro acesso ao pavimento superior, o que o torna inacessível às pessoas com deficiência locomotora ou idosos. Não há, tanto na área externa quanto no interior do bloco principal, piso tátil direcional e de alerta. Não há mapas e planos táteis, tanto o balcão da recepção como o guichê da secretaria não são rebaixados e adaptados para cadeirantes. Não foi identificada a presença de elementos de sistema de alarme sonoro e luminoso em caso de incêndio e outros sinistros. Todas as portas são estreitas e as maçanetas são inadequadas. Há apenas um banheiro adaptado em todo o conjunto da escola, localizado no térreo do bloco principal.

Analisando o teatro, observa-se que não há ligação coberta até o bloco principal, apesar de prevista em projeto. A ligação é importante, pois os sanitários que atendem o teatro estão localizados no pilotis do bloco principal. O acesso ao teatro não apresenta desníveis em seu interior. Não há área destinada a cadeirantes, bem como não há acesso por rampa ou plataforma ao palco. Observando a bloco anexo (oficinas), as quadras de esporte e a circulação entre blocos, verifica-se que as calçadas não apresentem

inclinação desfavorável, a circulação entre blocos é prejudicada pela existência de desníveis entre as calçadas e os prédios, nos acessos às quadras e às piscinas. Não há rampas ou outros dispositivos para a acessibilidade nas piscinas e em seu entorno.

6. CONCLUSÕES

Uma alternativa para tornar a escola acessível é a instalação de um elevador/plataforma ou uma rampa para acesso ao segundo pavimento do bloco principal. Esta é a principal modificação e, certamente a de maior impacto na escola. Foram identificadas outras necessidades: 1) rampas de acesso ao pilotis; 2) vagas para deficiente e idosos devidamente sinalizada e trajeto acessível até a escola; 3) balcões adaptados; 4) piso tátil; 5) adaptação dos sanitários; 6) instalação de passagens cobertas ligando o bloco principal ao teatro e às oficinas; 7) garantir o acesso às piscinas bem como a seu interior por meio de instalação de rampa, entre outros.

Todas estas intervenções, a exceção do elevador ou plataforma ou a rampa externa, são de fácil execução e em nada alteram a integridade e autenticidade do bem. No entanto, deve-se dar preferência a materiais que envelheçam de maneira similar aos materiais existentes (formação da pátina) de forma a que não se destaquem excessivamente. Os elementos de maior risco para a edificação são a introdução do elevador/plataforma e/ou da rampa. A inserção de uma rampa externa ao edifício impactaria fortemente na concepção arquitetônica que se configura como uma unidade fechada, onde todas as fachadas e os pilares do pilotis relacionam-se entre si. Internamente, sua inserção seccionaria o pilotis. A unidade conceitual da proposta de Reis foi um dos pontos identificados na matriz relacionada tanto com valor arquitetônico como histórico, além da relação interior e exterior e a seção estrutural definindo a forma geral da edificação. A instalação de um elevador/plataforma é tecnicamente possível e sua localização junto à escada existente apresenta-se de interesse não apenas técnico, mas funcional e social, pois o acesso ao pavimento superior seria feito por todos em uma mesma área.

A integridade e autenticidade são características do patrimônio cultural a serem cuidadosamente preservadas. Qualquer intervenção deverá identificar os elementos que as configura de modo a propor ações adequadas. Além disto, como nos lembra Theodore Prudon [18], deve-se pesar os valores e aspectos identificados, e inseri-los no contexto da prática preservacionista contemporânea quando se lida com o bem cultural moderno, pois a sobrevivência no tempo desta concepção espacial está intrinsecamente ligada ao respeito à integração das artes, ao passeio arquitetônico, ao uso do pilotis, ao terraço jardim, à janela em fita, à fachada livre, à planta livre e à unidade da concepção volumétrica. A preservação da arquitetura moderna requer uma mudança com foco nas expressões intangíveis, manifestas no bem, e como resultado então uma mudança na determinação dos aspectos que garantam a preservação. Enquanto a significância fundamenta-se historicamente na realidade física do edifício, a significância da arquitetura moderna tem gravitado a esfera da concepção, da ideia do arquiteto.

7. BIBLIOGRAFIA

- [1] Brasil. *Decreto Federal 5.296*, de 02 de dezembro de 2004. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm (12/10/2015).
- [2] Ferreira, O.L. *Acessibilidade e Patrimônio. As intervenções do programa Monumenta, de 2000 a 2005*. Brasília, Universidade de Brasília – UnB, 2001. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9381> (25/10/2015).
- [3] Nunes, C. Centro Educacional Carneiro Ribeiro: concepção e realização de uma experiência de educação integral no Brasil. *Em Aberto*, Brasília, Vol. 22, n. 80, p. 121-134, abr. (2009). <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1475/1226> (25/10/2015).
- [4] Teixeira, A.S. Plano de Construções Escolares de Brasília. *Módulo*, Rio de Janeiro, n. 20, Vol. 4, (Out., 1960).
- [5] Escola Classe da 308 Sul comemora 50 anos com atrações neste sábado. *Jornal Correio Braziliense*. http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/11/19/interna_cidadesdf,223890/escola-classe-da-308-sul-comemora-50-anos-com-atracoes-neste-sabado.shtml (19 Out. 2015).

- [6] Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Norma Brasileira ABNT NBR 9.050*, de 11 de setembro de 2015, Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf (11/10/2015).
- [7] Brasil. *Lei nº 13.146*, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm (12/10/2015).
- [8] Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN. *Instrução Normativa no. 1*, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a acessibilidade a bens culturais imóveis em nível federal. http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Instrucao_Normativa_n_1_de_25_de_novembro_de_2003.pdf (15/10/2015).
- [9] Macdonald, S. *Modern Matters. Principles & Practice in conserving recent architecture*. English Heritage, London, 1996.
- [10] Brandi, C. *Teoria da Restauração*. Cotia SP, Ateliê editorial, 2004.
- [11] Medeiros, A.E., FERREIRA, O.L. A Forma Segue a Função? Uma contribuição ao estado atual da arte da conservação patrimonial no Brasil a partir de dois estudos de caso: o Touring Club e o Brasília Palace Hotel. *A Conservação do Patrimônio no Brasil: teoria e prática. 1º Seminário da Rede Conservação.br*. CECI_Br, Olinda, 2012. <http://www.ct.ceci-br.org/> (25/10/2015).
- [12] Reis, J.S. Construções Escolares em Brasília. *Módulo*, Rio de Janeiro, n. 20, Vol. 4, (Out., 1960).
- [13] Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Marcos Políticos-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC/SEE, Brasília, 2010. <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/educacao/marcos-politico-legais.pdf> (25/10/2015).
- [14] Lira, F. As recomendações internacionais e a arquitetura moderna: limitações e possibilidades de aplicação nas ações de conservação e restauração. *Anais do 3º DOCOMOMO NO/NE*. João Pessoa, 2010.
- [15] UNESCO. Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. UNESCO/WHC, Lisboa, 2014. <http://whc.unesco.org/en/guidelines/> (25/10/2015).
- [16] ICOMOS. Conferência de Nara. IPHAN, 1994. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf> (25/10/2015).
- [17] Prudon, T.H.M. *Preservation of Modern Architecture*. John Wiley & Sons Inc, New Jersey, 2008.